

A TAXA DE JUROS SELIC

Em um ligeiro acesso de bom senso, a Diretoria do Banco Central decidiu ouvir o conselho dos melhores economistas do Brasil e baixar a taxa básica de juros SELIC de 13,75% para 13%.

O Banco Central sempre teve em seus quadros os economistas mais capacitados para a formulação da política monetária. De longa data, porém, seus economistas foram inoculados pela vaidade de julgarem o Banco independente e autônomo em relação à política econômica do Governo. Daí a manutenção da taxa real de juros nos níveis mais altos do mundo, sob o falso entendimento de que é essa absurda taxa de juros responsável pelo declínio da inflação. Ela é, sim, responsável por grande parte do desequilíbrio fiscal do Governo, a julgar pelo peso calamitoso dos juros sobre a dívida pública.

Na linguagem do Banco Central, o Comitê entendeu que, diante do cenário atual, a convergência da inflação para a meta de 4,5%, “no horizonte relevante para a condução da política monetária (2017/2018), é compatível com a intensificação da flexibilização monetária.”

Ao que tudo indica, o Banco Central começa a enxergar o erro que vem praticando com a taxa SELIC e, segundo analistas do mercado financeiro, podemos esperar que essa taxa vai chegar a menos de 10% (ainda alta) em dezembro. Aleluia.

Cada 1 ponto percentual da SELIC representa um ganho anual de R\$21,4 bilhões sobre a dívida pública,

podendo chegar a R\$57,4 bilhões no final deste ano.

PISANDO NA BOLA

Em linguagem futebolística, pode-se dizer que o Presidente Temer vem costurando uma linha de passes que pode levar o time do Governo a fazer um gol de placa, ou seja, alcançar os resultados que objetiva para equilibrar as contas fiscais e ensaiar os primeiros passes para sair da crise e ganhar o jogo.

Mas, convenhamos, o Governo nem sempre acerta e muitas vezes “pisa na bola”, como aconteceu com a escandalosa MP nº 765, que leva a um ajuste salarial que chega a incríveis 53% para oito categorias de servidores federais e bônus de produtividade para os auditores fiscais e analistas tributários da Receita Federal e auditores fiscais do Ministério do Trabalho. Pior ainda, todos esses bônus de produtividade e eficiência foram estendidos aos auditores e analistas aposentados e aos pensionistas, segundo informa o Jornal Valor, em 7/1/17.

Enquanto isso, o salário dos professores da rede pública foi reajustado em 7,64%.

TRUMP E A GLOBALIZAÇÃO

A globalização foi, em geral, uma onda de liberação do comércio internacional, uma percepção de que a abertura das fronteiras nacionais produzia efeitos muito mais positivos do que o protecionismo. A redução ou a eliminação das barreiras tarifárias, contempladas nos acordos comerciais do Mercosul, do Nafta, do Mercado Comum Europeu ou o Acordo

Transpacífico – TPP, dentro do conceito mais amplo da OMC, representou, na teoria e na prática, uma forma de ampliação dos mercados nacionais e de conseguir os ganhos de produtividade e competitividade derivados das vantagens comparativas.

A globalização pode ser dividida em duas fases: a primeira, quando a abertura comercial e de investimentos se processa entre os países do Ocidente, incluindo os Estados Unidos, a Europa e a América Latina e todos ganharam; a segunda fase começa com o ingresso e a expansão da China no comércio internacional, ampliando de maneira impressionante a demanda de alimentos e matérias primas dos países emergentes, a preços elevados, e a oferta de produtos manufaturados a preços baixos, para os Estados Unidos e Europa, principalmente. Um verdadeiro choque de progresso e ganhos generalizados, principalmente a partir de 1990.

A crescente presença da China no mercado internacional representou um aumento da riqueza mundial e um significativo ganho econômico para todos os lados. A China ingressou na OMC e caminhou para ser considerada “economia de mercado”.

Essa primeira fase se esgotou ou está se esgotando, na medida em que os produtos chineses de baixos custos, beneficiados principalmente pelos baixos salários dos trabalhadores chineses, foram conquistando os consumidores e ocupando o mercado de trabalho dos países importadores.

Essa mudança ficou visível, no Brasil por exemplo, quando a China, de grande importadora de nossos produtos primários – soja, minério de ferro, etc. passou a competir e a conquistar os incipientes mercados importadores de nossos produtos manufaturados, como a Argentina, o Uruguai, o Chile e muitos outros.

Nos Estados Unidos aconteceu a mesma coisa e, a partir de uma fase positiva, os produtos chineses baratos passaram a “roubar” os postos de trabalho dos americanos.

É aí que entra o discurso do Presidente Trump e o alerta de que os Estados Unidos descobriram os efeitos negativos dessas trocas internacionais com países de baixo custo de produção, como o México e a China.

Isso explica seus primeiros pronunciamentos arrasadores, de que iria expulsar onze milhões de imigrantes, impor pesadas barreiras às importações provenientes do México e da China, abandonar ou rever tradicionais acordos comerciais. Essa anunciada reação protecionista poderia ser o prenúncio de uma “guerra comercial”, que prejudicaria a todos os países.

Indaga-se, agora, se o Presidente Trump irá cumprir suas ameaçadoras promessas de campanha. Ao que tudo indica, a julgar pelas primeiras nomeações de seu Ministério, parece que não. Até mesmo porque o Congresso e as instituições americanas são muito mais fortes e conservadores do que os arremedos de um presidente principiante.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Os brasileiros encerraram 2016 com mais medo de ficarem sem trabalho do que tinham no final de 2015. O Índice de Medo do Desemprego cresceu 3,6 pontos no último trimestre do ano, chegando a 64,8 pontos.

A recuperação da confiança é um dos primeiros passos para o resgate da economia. Nos últimos meses, os índices de confiança deram sinais de melhora, entre o segundo e terceiro trimestre, passaram de 67 para 78 pontos (consumidor) e de 73 para 80 (empresários). Apesar da melhora na

confiança, a economia ainda apresenta gargalos enormes, como o desemprego, os juros altos (apesar das reduções recentes), a queda de investimentos e o déficit do setor público.

Os problemas climáticos estão castigando o Nordeste do Brasil. A região, que nos últimos anos teve importantes avanços sociais, agora começa a perder parte das conquistas em virtude do enfraquecimento da economia e perda de poder aquisitivo da população, juntamente com a enorme seca que assombra a região, prejudicando a pecuária e diversas outras atividades.

PIB e Investimentos

A atividade econômica medida pelo BC deve ter ficado praticamente estável na passagem de outubro para novembro, o que não significa que o quarto trimestre terá crescimento ou ficará no mesmo nível do terceiro trimestre. Estima-se que o PIB calculado pelo IBC-Br tenha crescido 0,01% em novembro na comparação com outubro.

Indústria

A Petrobras anunciou que investirá US\$ 19 bilhões este ano. O montante representa um aumento de US\$ 5 bilhões, ou 35% em relação ao total aplicado em 2016. A empresa também anunciou a retomada das obras da UPGN, do complexo petroquímico do Rio de Janeiro.

O crescimento modesto da produção industrial em novembro, representado por 0,2% sobre outubro, feito o ajuste sazonal, além de frustrar as projeções de alta mais consistente, sinaliza que a atividade dos últimos três meses do ano registrou desempenho tão ruim, ou pior, que no terceiro trimestre, quando o PIB encolheu 0,8%.

A produção de petróleo fora do âmbito da Petrobras está crescendo. Com as vendas de ativos da estatal e o leilão do pré-sal, a tendência é que aumente a desconcentração do setor.

Os preços de imóveis devem apresentar, em 2017, queda real em comparação com a inflação. Será o terceiro ano consecutivo em que a alta dos imóveis ficará inferior à da inflação e há expectativa que isso continue ocorrendo até o terceiro trimestre de 2017.

Comércio

Após resultado negativo do Comércio, a CNC mais uma vez revisou a expectativa de queda de 6,0% para 6,5% do volume de vendas do varejo restrito.

O varejo fechará 2016 com o pior resultado dos últimos 15 anos. A previsão do mercado é de uma perda de 6,5% na PMC, após o recuo de 4,3% em 2015. O cenário para 2017 ainda não é alentador, apesar de se esperar alguma reação a partir do segundo trimestre.

Após quatro quedas consecutivas, o varejo cresceu 2% em novembro. A alta foi o desempenho mais positivo desde julho de 2013, quando as vendas aumentaram 2,9%.

Com mais de 20 milhões de pessoas empregadas, o setor de serviços começa o ano de 2017 em clima de apreensão. Depois de uma queda de 3,6% no volume de 2015, e de um novo encolhimento em 2016 (recuo de 5% até outubro), empresários e entidades do setor temem que o Governo ressuscite o projeto de unificação do PIS e do Cofins.

Agricultura

As multinacionais reduziram a demanda no setor de açúcar e álcool no Brasil. As empresas foram responsáveis por ajudar a impulsionar a expansão do setor entre 2003 e 2010, mas em virtude

da forte crise que o setor está passando, as firmas estrangeiras estão perdendo o interesse.

A safra brasileira de soja pode bater um novo recorde este ano. O País deve produzir 103,8 milhões de toneladas do grão na safra 2016/2017, um avanço de 8,7% em relação a safra anterior.

As exportações do agronegócio brasileiro geraram uma receita de US\$85 bilhões no ano passado, 4% menos que em 2015. Com esse resultado, a fatia do setor nas exportações totais do País caiu para 45,9% em 2016 ante 46,2% no ano anterior.

Mercado de Trabalho

O ano de 2016 terminou com a divulgação de dados negativos do mercado de trabalho: em novembro, foram fechados 116,7 mil postos de trabalho. O número é menor do que as 130,6 mil vagas formais cortadas em novembro de 2015, mas ainda é desalentador.

A OIT prevê que o desemprego no Brasil passe dos 12,4 milhões de pessoas para 13,6 milhões neste ano e 13,8 milhões em 2018.

Sistema Financeiro

O Banco Central optou por acelerar o corte dos juros e reduziu a Selic em 0,75 ponto percentual. A taxa passou de 13,75% para 13% ao ano. A decisão do Copom surpreendeu as estimativas, que acreditavam que a redução seria de 0,5 ponto percentual. O BC alegou que, em virtude de uma inflação mais controlada e de uma economia fraca, uma redução mais agressiva se tornou viável.

O percentual de famílias endividadas alcançou 56,6% em dezembro de 2016, o que representa uma

redução em relação aos 57,3% observados em novembro.

Graças ao IPCA mais amigável, a caderneta de poupança voltou a ganhar da inflação em 1,9%. O resultado é o melhor desde 2009, quando a caderneta rendeu 2,63% mais do que o índice oficial de custo de vida.

Ainda em relação à caderneta de poupança, os saques superaram os depósitos em R\$ 40,7 bilhões, em 2016. O resultado foi o segundo pior em 21 anos, depois do déficit de R\$ 53,5 bilhões em 2015. No ano, a poupança acumulou rendimento de 8,3%.

O saque de contas inativas do FGTS começará em fevereiro. A orientação do Governo é que todos os cotistas recebam o dinheiro no prazo máximo de um ano, para que a medida surta efeito rápido. Os saques devem injetar até R\$ 30 bilhões na economia em 2017.

Inflação

A inflação de 2016 fechou abaixo do teto da meta do Governo. O IPCA ficou em 6,29% e deve se aproximar dos 4,5% em 2017. O Índice foi puxado pra baixo por elevações menores dos preços dos alimentos e da gasolina, deflação da energia e desaceleração dos serviços.

O INPC, índice utilizado como referência para o reajuste dos benefícios previdenciários, acumulou alta de 6,58% em 2016. Com isso, pela primeira vez em 20 anos o reajuste das aposentadorias e benefícios do INSS deverá ser superior ao aumento do salário mínimo.

O IGP-M, conhecido como inflação do aluguel, variou 0,86% na primeira semana de janeiro, depois de registrar alta de 0,20% no mesmo período de dezembro.

A Petrobras elevou o preço do diesel em 6,1%. Para o consumidor, o preço do combustível pode subir 3,8%,

ou cerca de R\$ 0,12 por litro. Já o valor da gasolina se manteve inalterado.

Setor Público

O Governo publicou uma medida provisória que institui o Programa de Regularização Tributária, conhecido como “o novo Refis”, que permitirá às empresas e às pessoas físicas renegociarem e parcelarem dívidas com a Receita Federal sem descontos de multas ou juros. O total das dívidas é estimado em R\$ 1,2 trilhão.

A Presidência extinguiu incentivos a cinco setores da economia, o que deve resultar em um alívio de R\$3,3 bilhões. Entre os setores estão o sucroalcooleiro e o de telecomunicações.

Foi anunciada a extinção de 4.689 funções e cargos comissionados da administração federal. O corte deve gerar uma economia de R\$ 240 milhões por ano. A boa notícia foi superada pelo reajuste salarial de oito categorias de servidores federais, que custará R\$ 3,8 bilhões aos cofres públicos em 2017.

Em virtude das regras da PEC que prevê um teto para os gastos públicos, 2017 terá um orçamento de R\$3,5 trilhões. Esse valor estipulado já está de acordo com as regras da PEC e o salário mínimo será de R\$ 945,80.

Os ajustes anunciados pelo Presidente Michel Temer, que ficaram conhecidos como “o pacote de Natal”, incluíram a redução das taxas de juros do cartão de crédito, a flexibilização de contratos temporários de trabalho e o saque do FGTS para as contas inativas. Essas medidas podem injetar novo ânimo na economia do País.

Setor Externo

O Brasil teve a segunda maior queda em um ano entre os países emergentes no indicador de Risco-País.

A Petrobras abriu a temporada de captações de recursos no exterior com uma emissão de US\$ 4 bilhões, a um custo mais baixo que o de suas últimas captações, conseguindo se distanciar do estigma deixado pela Lava Jato. A demanda pelos papéis chegou perto de US\$ 20 bilhões.

O investimento direto estrangeiro no País (IDP) é um dos poucos indicadores positivos da economia brasileira. Somou US\$ 75 bilhões em 2015 e US\$ 78,8 bilhões nos 12 meses encerrados em novembro de 2016. Para este ano, estima-se que o IDP pode atingir entre US\$ 70 bilhões e US\$ 75 bilhões.

Recentemente, a China passou a ter o direito de ser considerada, pelos membros da OMC, como economia de mercado. Diversas empresas brasileiras de diferentes setores, no entanto, ainda se consideram prejudicadas pelos preços baixos dos produtos chineses e pressionam o Governo a não conceder tal condição ao País asiático.